

projeto de lei sobre a regra que trata da imprensa falada e escrita; b) - no tocante à regra que trata do "direito de defesa", substituir o termo grifado por "direito amplo de defesa". Referidas sugestões foram aceitas e serão apreciadas ao tempo em que o anteprojeto retornar à luz do CNPP. Ainda sobre o assunto, a convite do Senhor Presidente, manifestou a Criminóloga e Professora da Faculdade Nacional de Direito - Rio - ESTER KOSOVSKI que inicialmente transmitindo o apreço que devotava ao ex-colega SERRANO NEVES enfatizou, também, pesar pelo seu falecimento. Quanto ao tema, focalizou os riscos que oferecem os meios de comunicação, especialmente, no que se refere a entrevistas a presidiários, bem como a necessidade de uma análise acurada sobre os programas de televisão em geral, e que, normalmente, penetram os lares brasileiros. Dessa forma reforçou a proposta emitida pelo Senhor Conselheiro JAIR LEONARDO LOPES. Em seguida, agradeceu ao Senhor Presidente pela oportunidade de participar daquele debate e, igualmente, ao Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO pela gentileza de convidá-la para participar daquela reunião. A vista do extenso relatório apresentado pela equipe técnica que inspecionou os serviços prisionais do Rio de Janeiro, o Senhor Presidente passou a palavra ao Dr. CARLOS GOMES PEREIRA, integrante daquela equipe, para sintetizar o conteúdo da matéria. Iniciando informou que foram visitados vinte e dois estabelecimentos prisionais, incluindo médico-penais e outros órgãos técnicos que dado a sua natureza intercedem com o DESIPE. Assim a inspeção estendeu-se à Fundação Santa Cabrini e ao Departamento do Sistema de Ressocialização (DESIRE), respectivamente, órgãos autônomos, que complementam alguns elementos da execução da pena, tais como: profissionalização do preso, ressocialização, amparo e assistência ao egresso. Dos estabelecimentos vinculados ao DESIPE, apenas dois, não foram visitados em virtude da exiguidade de tempo, longa distância e número reduzido de presos. Relatou ainda que foram coletados o maior número possível de dados e informes, quer quanto aos aspectos físicos, sociais e operacionais. Concluindo evidenciou que a realidade daquele universo prisional carece de aprimoramento. Como o relatório foi discursivo o Senhor Presidente resolveu despachá-lo a todos os Senhores Conselheiros para examiná-lo e emitirem sugestões que venham proporcionar ao DESIPE, apoio e orientação no âmbito da nova política penitenciária. Em virtude do exposto, as considerações aludidas ao relatório pelos Senhores Conselheiros BENJAMIN MORAES FILHO, JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS e JOSÉ DANYON DE OLIVEIRA, serão apreciadas na próxima sessão. Prosseguindo o Senhor Presidente cedeu a palavra ao Senhor Conselheiro NABOR CESAR SIQUEIRA que, como Presidente da Comissão que estuda o amparo ao trabalho prisional, apresentou um retrospecto de todo o processo desenvolvido, ressaltando destarte a importância dessa instituição que virá a concorrer, sem dúvida, para a profissionalização do preso e para a abertura de condições que favoreçam o retorno do egresso à sociedade. Finalizando ratificou o conteúdo de relatório anterior do DEPEN, bem como os objetivos contidos em parecer do Senhor Conselheiro RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, aprovado em 24.5.82, e, objeto da Resolução CNPP - nº-11. Como o Senhor Presidente sugeriu que a apreciação deste, também ficasse para outra reunião, o Senhor Conselheiro ANTONIO ZAPPALÁ solicitou nessa oportunidade que fosse reestudada a sigla a ser estruturada para a instituição, tendo em vista que a inicial não guarda consonância com os objetivos propostos pela comissão. Ainda com a palavra, o Senhor Conselheiro ANTONIO ZAPPALÁ manifestou sentimentos de grande pesar pelo falecimento do Senhor Conselheiro SERRANO NEVES. Finalizando os trabalhos contidos na ordem do dia o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, relator do parecer sobre "SIMPLIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO PENAL", pretendido pelo Bacharel ARY BAUER JÚNIOR, cujas propostas levaram o relator a evidenciar que o "douto proponente deseja ver alterada toda a estrutura do processo penal brasileiro". Comentando amplamente todas as colocações sugeridas informou que parte delas já se achavam atendidas através do Anteprojeto de Código de Processo Penal e, quanto às demais, justificou cada uma de per se opinando no sentido de rejeitá-las por julgá-las inexequíveis. Concluindo o presente relato propôs que fosse encaminhado cópia do parecer ao Professor Doutor ROGÉRIO LAURIA TUCCI, membro da Comissão Revisora do Anteprojeto de Código de Processo Penal, o qual se tem incumbido de receber sugestões. Colocado o parecer em discussão, foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação a presente ata vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim secretária.

PIO SOARES CANEDO

LICINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA

Presidente - CNPP

Secretária-Executiva-CNPP

## TÓPICA E JURISPRUDÊNCIA

Theodor Viehweg  
Tradução e prefácio do Professor  
Tércio Sampaio Ferraz Jr.

DIVULGAÇÃO Nº 1.367

Cr\$ 350,00

## Ministério da Fazenda

## SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF Nº 064, DE 27 DE SETEMBRO DE 1982.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item II, "in fine", da Portaria Ministerial nº 308, de 11 de agosto de 1976,

## R E S O L V E :

A exigibilidade do Imposto de Importação, prevista no artigo 7º do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação que lhe deu o artigo 1º do Decreto-lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, não abrange as matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem que hajam sido empregados, por estabelecimento industrial localizado na Zona Franca de Manaus, com projeto aprovado pela SUFRAMA, na fabricação de produto que atenda ao índice mínimo de nacionalização fixado pelo Conselho de Administração daquele órgão e pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) e que, por sua vez, tenha sido utilizado como insumo, por outra empresa estabelecida na mencionada região, na industrialização do produto a ser internado.

FRANCISCO NEVES DORNELLES

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF Nº 065, DE 27 DE SETEMBRO DE 1982.

Acrescenta o subitem 2.2 à I.N. SRF nº 041/76.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

Acrescentar o subitem 2.2 ao item 2 da Instrução Normativa SRF nº 041, de 15 de dezembro de 1976, com a seguinte redação:

"2.2 - Quando ocorrer variação para mais no coeficiente de redução do imposto, o estabelecimento industrial poderá apresentar novos "DEMONSTRATIVO" e "ANEXO I", em substituição aos anteriores, relacionando as modificações verificadas na composição dos custos da mercadoria."

(Of. nº 1.127/82)

FRANCISCO NEVES DORNELLES

## Coordenação do Sistema de Tributação

ATO DECLARATÓRIO CST Nº 442, de 27 de setembro de 1982

CNM: 4.15.02.00

Declara redução de alíquota de imposto sobre produtos industrializados para os produtos que menciona.

O CHEFE DA DIVISÃO DE LEGISLAÇÃO APLICADA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Coordenador do Sistema de Tributação, através da Portaria CST nº 50/79, tendo em vista o que consta do processo nº 1065-051.196/82-74, do interesse de CASSEL S.A. Indústria de Bebidas,

D E C L A R A, com base no artigo 336 do RIPI de 1979 (com a nova redação dada pelo art. 5º do Decreto número 84.637/80), que os produtos denominados REFRIGERANTE DE GUARANÁ "SKOL" e SODA LIMONADA com sucó "SKOL" fabricados na Rua Luiz de Camões, 106 - Vila Nova - Novo Hamburgo - RS, registrados na Secretaria de Inspeção de Produto Vegetal do Ministério da Agricultura sob os nºs 00011738 e 00030228, respectivamente, fazem jus